

AMBIENTE INSTITUCIONAL: GESTÃO COLETIVA E SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS NO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTIONAL ENVIRONMENT: COLLECTIVE AND SUSTAINABLE MANAGEMENT OF FISHING RESOURCES IN RIO GRANDE DO SUL

Marco Aurélio Alves de Souza¹

RESUMO

Este artigo analisa o uso e manejo dos recursos pesqueiros no Rio Grande do Sul, destacando a cooperação entre pescadores artesanais e a gestão sustentável. A pesca enfrenta desafios como a sobrepesca e a degradação dos estoques. A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica sobre direitos de propriedade e o papel das cooperativas na gestão de bens comuns. O estudo explora as interações entre pescadores, políticas públicas e instituições, sugerindo que a organização cooperativa pode fortalecer a gestão participativa e garantir a sustentabilidade. Os resultados indicam que por meio da organização cooperativa, os pescadores podem fortalecer seu poder de negociação, melhorar a gestão dos recursos naturais e garantir a equidade no acesso aos benefícios. Assim, a gestão cooperativa dos recursos pesqueiros é vista como uma solução viável para minimizar conflitos, promover a sustentabilidade e assegurar a conservação dos estoques pesqueiros para as gerações futuras.

Palavras-chave: Gestão sustentável; Manejo participativo; Propriedade comum.

ABSTRACT

This article analyzes the use and management of fishing resources in Rio Grande do Sul, highlighting the cooperation between artisanal fishermen and sustainable management. Fishing faces challenges such as overfishing and stock depletion. The methodology used was qualitative, based on a literature review of property rights and the role of cooperatives in managing common goods. The study explores the interactions between fishermen, public policies, and institutions, suggesting that cooperative organization can strengthen participatory management and ensure sustainability. The results indicate that through cooperative organization, fishermen can enhance their bargaining power, improve natural resource management, and ensure equity in access to benefits. Thus, cooperative management of fishing resources is seen as a viable solution to minimize conflicts, promote sustainability, and ensure fish stock conservation for future generations.

Keywords: Sustainable management; Participatory management; Common property

¹ Professor do Curso de Engenharia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).
E-mail: marcosouza@unipampa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A pesca no Rio Grande do Sul é uma atividade histórica, sustentada por condições geográficas favoráveis, como o litoral para pesca marítima e lagos e lagoas para pesca de água doce. Desde o período colonial, a pesca era inicialmente uma atividade de subsistência, mas evoluiu ao longo do tempo para se tornar uma importante fonte de renda para o mercado interno e externo.

No entanto, a sobrepesca de algumas espécies, agravada a partir da década de 1980, comprometeu a produção pesqueira, prejudicando especialmente os pescadores artesanais, que dependem diretamente da conservação dos estoques pesqueiros para sua subsistência. A exploração descontrolada dos recursos pesqueiros traz consequências negativas não apenas para o meio ambiente, mas também para a economia local, já que a diminuição dos estoques compromete a renda dos pescadores e o futuro da atividade (SOUZA, 2010).

Neste contexto, a organização entre pescadores é capaz de oferecer um modelo de governança colaborativa que respeita o conhecimento local e as práticas sustentáveis? Ou ainda ao reunir esforços coletivos, os pescadores artesanais podem gerenciar de forma mais eficaz os recursos pesqueiros, minimizando os impactos da sobrepesca e garantindo a equidade no uso dos recursos?

Conforme as problematizações apresentadas, esta pesquisa objetiva saber quais são os desafios e oportunidades para a implementação de um manejo sustentável baseado na gestão cooperativa dos recursos pesqueiros, dado que, com princípios de gestão coletiva e solidariedade, entre os agentes envolvidos no setor pesqueiro, com o ambiente institucional formado, pode ser uma solução eficiente para melhorar o manejo dos recursos pesqueiros e promover a sustentabilidade da pesca e a sobrevivência das comunidades pesqueiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O gerenciamento dos recursos pesqueiros deve ser um processo coletivo, envolvendo não apenas o governo, mas também os próprios pescadores, que possuem um profundo conhecimento local. Conforme argumentado por Sen e Nielsen (1996), existem diferentes formas de gestão que variam de uma abordagem instrutiva, onde o governo decide e informa, a uma gestão compartilhada, em que pescadores e governo trabalham juntos para formular e implementar regulamentos.

No entanto, o desafio de regular o uso comum dos recursos naturais, como o pescado, reside na dificuldade de estabelecer regimes de propriedade claros. Bromley (1995) argumenta que a propriedade de recursos comuns deve ser vista pelo valor do produto que gera, e não apenas pelo recurso em si. O problema da "tragédia dos comuns", conforme descrito por Hardin (1968), ocorre quando não há regras claras de apropriação e uso, levando à exploração excessiva e degradação do recurso.

Neste cenário, a teoria dos direitos de propriedade ganha relevância, conforme apontado por North (1981), sendo essencial para reduzir conflitos e garantir o uso sustentável. A definição formal e informal desses direitos é crucial para evitar que externalidades negativas, como a sobrepesca, ameacem a sustentabilidade dos recursos.

Em ambientes onde os direitos de propriedade são mal definidos, os custos de transação aumentam, gerando conflitos entre os usuários. A criação de arranjos

institucionais que regulam o acesso e o uso dos recursos, como sugerido por Bromley (1995) e Ostrom (1990), é essencial para promover a sustentabilidade.

O envolvimento das comunidades locais no processo de gestão também é fundamental. Programas de manejo participativo, que integram o conhecimento tradicional dos pescadores às políticas públicas, têm demonstrado sucesso na conservação dos recursos e na promoção da sustentabilidade. McCay e Acheson (1987) destacam a importância de considerar o conhecimento local e as práticas tradicionais como parte integrante da gestão dos recursos naturais.

3 MÉTODO DO ESTUDO

A metodologia utilizada neste estudo é de caráter qualitativo, com enfoque em uma abordagem exploratória e descritiva. Os dados foram coletados a partir de uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando fontes secundárias como artigos acadêmicos, livros, teses e relatórios sobre o tema da pesca artesanal, sustentabilidade dos recursos pesqueiros e o ambiente institucional, direitos de propriedade, manejo de recursos comuns.

Além disso, foram analisadas políticas públicas vigentes que impactam diretamente a pesca artesanal, com relação ao uso coletivo dos recursos pesqueiros, bem como, a análise dos dados foi conduzida através de uma abordagem interpretativa, com base nas teorias sobre o uso sustentável de recursos comuns e o papel das instituições no manejo desses recursos, com especial atenção às possibilidades de organização cooperativa como mecanismo de promoção da sustentabilidade, apesar dos conflitos e desafios que surgem na gestão cooperativa dos recursos pesqueiros.

Portanto, a pesquisa baseou-se em dados secundários com foco em uma revisão teórica e análise qualitativa permitindo uma discussão robusta sobre os fatores institucionais e as práticas de manejo integrado dos recursos pesqueiros.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos recursos pesqueiros no Rio Grande do Sul revela uma complexa interação entre fatores sociais, econômicos e ambientais que influenciam a pesca artesanal. As comunidades de pescadores enfrentam desafios significativos, incluindo a sobrepesca, que resulta em estoques naturais diminuindo e em uma competição crescente entre os pescadores. A falta de regulamentações adequadas e a inexistência de um sistema de gestão sustentável agravam essa situação, levando à degradação dos recursos pesqueiros (Abdallah, 1998; Souza, 2001).

Os recursos pesqueiros são frequentemente classificados como bens de uso comum, que requerem regimes específicos de regulação para evitar sua exploração excessiva (Souza, 2001). Esses regimes podem ser de livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal ou propriedade estatal (Souza, 2010).

Nos casos de pesca artesanal, o conhecimento tradicional desempenha um papel crucial na manutenção dos estoques pesqueiros e na sobrevivência das comunidades. Estudos de Diegues (1995, 1996) mostram que as comunidades pesqueiras ribeirinhas, como as da Amazônia, desenvolveram sistemas de manejo baseados em regras locais,

proibições e monitoramento comunitário, que contribuem para a preservação dos recursos.

A propriedade comunal e a gestão cooperativa dos recursos naturais permitem que as comunidades pesqueiras locais exerçam maior controle sobre o uso sustentável dos estoques pesqueiros, evitando a degradação ambiental.

Ostrom (1990) argumenta que comunidades locais podem desenvolver regras eficazes de uso sustentável quando têm controle sobre os recursos e a capacidade de punir aqueles que não seguem as normas estabelecidas. A criação de um sistema de gestão participativa, com base nas tradições locais e nas condições específicas do ambiente, oferece uma solução viável para o manejo sustentável.

Os pescadores artesanais, organizados em cooperativas, têm melhores condições de implementar regras de uso sustentável e de compartilhar conhecimentos sobre a preservação dos estoques pesqueiros. Essa forma de organização também facilita a negociação com entidades governamentais e o desenvolvimento de políticas públicas que considerem as particularidades locais, promovendo uma maior integração entre os pescadores e os gestores públicos (SOUZA, 2023).

Portanto, no caso dos recursos de uso comum, como os pesqueiros, a propriedade comunal tem se mostrado uma forma eficaz de regulação, onde a comunidade local assume o papel de gerenciar o recurso e de excluir usuários externos.

Historicamente, as comunidades pesqueiras têm desenvolvido práticas tradicionais de manejo que são fundamentais para a conservação dos estoques. No entanto, essas práticas podem ser comprometidas pela introdução de modelos de pesca que não consideram as particularidades locais.

Assim sendo, o papel das políticas públicas na regulação da pesca é crucial. O estudo sugere que as políticas atuais frequentemente falham em abordar as necessidades específicas das comunidades pesqueiras. Uma abordagem mais inclusiva e participativa na formulação de políticas pode contribuir para o fortalecimento das práticas de manejo sustentável e garantir que os benefícios da pesca sejam distribuídos equitativamente (Sen & Nielsen, 1996).

É fundamental que as autoridades reconheçam o conhecimento local dos pescadores e integrem suas perspectivas nas decisões de gestão. Esse processo não apenas reforça a eficácia das políticas, mas também empodera as comunidades locais, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade em relação aos recursos naturais (Ostrom, 1994).

Outro aspecto relevante é a interação entre os direitos de propriedade e a gestão dos recursos pesqueiros. A análise indica que a definição clara dos direitos de uso é essencial para evitar conflitos e garantir que os pescadores possam usufruir dos recursos de maneira sustentável (North, 1981; Demsetz, 1967).

Direitos de propriedade bem definidos, aliados a práticas de manejo participativo, podem mitigar a tragédia dos comuns, onde a exploração desenfreada leva à exaustão dos estoques (Hardin, 1968). Dado que a criação de um regime de propriedade comunal ou cooperativa pode oferecer um caminho eficaz para a gestão sustentável, permitindo que os pescadores exerçam controle sobre os recursos e promovam práticas de conservação (Bromley, 1995).

Portanto, por meio da organização cooperativa, os pescadores podem fortalecer seu poder de negociação e melhorar a resiliência econômica de suas comunidades, garantindo que a pesca artesanal continue a ser uma fonte vital de sustento e identidade cultural (Diegues, 1995; Saldanha, 2005).

No cenário de diminuição da captura pesqueira, sobrepesca de algumas espécies e conflitos de interesse o cooperativismo surge como uma alternativa viável, pois oferece

um modelo de organização que pode promover a gestão coletiva e sustentável dos recursos pesqueiros (Berkes, 1986; Ostrom, 1990).

Através da formação de cooperativas, os pescadores artesanais do Rio Grande do Sul podem unir forças, compartilhar conhecimentos e experiências, e negociar melhores condições de acesso aos mercados.

Sem desconsiderar que o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a pesca artesanal deve considerar as particularidades locais e as necessidades das comunidades pesqueiras, pois nas últimas décadas ficou atrelada na regulamentação e restrição do uso/exploração dos recursos pesqueiros, mas a regulação da atividade pesqueira precisa ir além de medidas genéricas de controle, como licenças e quotas, e integrar as práticas tradicionais e o conhecimento ecológico local ao processo de tomada de decisão (SOUZA,2010).

5 CONCLUSÕES

No Rio Grande do Sul deve considerar a complexidade das relações entre os pescadores e os recursos pesqueiros. É necessário um ambiente institucional que garanta a equidade no acesso aos recursos e promova o uso sustentável dos estoques pesqueiros.

A implementação de regras claras, baseadas no conhecimento local e nas práticas tradicionais, pode contribuir significativamente para a sustentabilidade da atividade pesqueira. Além disso, a gestão compartilhada, que envolve diretamente os pescadores no processo de tomada de decisão, é uma abordagem promissora para minimizar os conflitos e garantir a conservação dos recursos.

Em suma, as políticas públicas para o setor pesqueiro precisam ser reestruturadas para refletir as realidades sociais, econômicas e ambientais da pesca artesanal, de modo a proporcionar melhores condições de trabalho para os pescadores e garantir a preservação dos recursos naturais.

A gestão participativa dos recursos, que envolve pescadores e governo, é essencial para minimizar os conflitos e promover a sustentabilidade. Programas que valorizam o conhecimento local e as práticas tradicionais tendem a ser mais eficazes na conservação dos estoques pesqueiros e na promoção do bem-estar das comunidades.

A reestruturação do ambiente institucional pesqueiro é necessária para garantir que os recursos naturais sejam utilizados de forma sustentável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto as comunidades que dele dependem.

A gestão cooperativa dos recursos pesqueiros no Rio Grande do Sul apresenta-se como uma solução eficaz para os desafios enfrentados pelos pescadores artesanais, como a sobrepesca e a falta de manejo sustentável, ou seja, as cooperativas possibilitam uma organização que valoriza o conhecimento local e promove a equidade no acesso aos recursos, ao mesmo tempo em que fortalecem o poder de negociação dos pescadores e asseguram a sustentabilidade dos estoques pesqueiros.

Por meio da cooperação, os pescadores podem compartilhar responsabilidades e benefícios, garantindo um uso mais eficiente e sustentável dos recursos. Assim, a implementação de políticas públicas que apoiem a formação de cooperativas e incentivem a gestão coletiva é crucial para promover o desenvolvimento sustentável no setor pesqueiro.

Por fim, a pesquisa conclui que a gestão cooperativa dos recursos pesqueiros no Rio Grande do Sul é não apenas uma necessidade, mas uma oportunidade para promover a sustentabilidade e garantir a conservação dos estoques para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, P. **Atividade Pesqueira no Brasil: Política e Evolução**. 1998, 148 p. Tese (Doutorado em Economia), Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.
- BERKES, F. **Local-level management and the commons problem: A comparative study of Turkish coastal fisheries**. *Marine Policy*, v. 10, p. 215-229, 1986.
- BROMLEY, D. W. **Property Regimes for Sustainable Resource Management**. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.
- DEMSETZ, H. **Toward a theory of property rights**. *American Economic Review*, v. 57, n. 2, p. 347-359, 1967.
- DIEGUES, A. C. **Povos e mares: leituras em sócioantropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. *Science*, v. 162, p. 1243-1248, 1968.
- NORTH, D. C. **Structure and Change in Economic Performance**. New York: Norton, 1981.
- OSTROM, E. **Governing the Commons: The evolution of Institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SALDANHA, I. L. R. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (Anchoviella lepidentostole) em Iguape/SP**. 2005. 181 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SEN, S.; NIELSEN, J. R. **Fisheries Co-Management: a Comparative Analysis**. *Marine Policy*, v. 20, n. 5, p. 405-418, 1996.
- SOUZA, M. A. A. **Influência do ambiente institucional na atividade pesqueira do Rio Grande do Sul**. 2010. 222 p. Tese (Doutorado em Economia e Desenvolvimento), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SOUZA, M. A. A. Ambiente institucional: uso e manejo dos recursos pesqueiros. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente Engema, 25, 2023, São Paulo. **Anais**, São Paulo, XXV ENGEMA, 2023.